



## **E SE TE CONTASSEM OUTRA HISTÓRIA? O FEMINISMO DE “SEGUNDA ONDA” NO ENSINO E NOS LIVROS DIDÁTICOS DE HISTÓRIA.**

Marlia Aguiar Façanha\*

Este trabalho tem como principal objetivo pensar sobre o feminismo de “segunda onda” no ensino e nos livros didáticos de História. Para tanto, procurar-se-á compreender o contexto histórico em que se deu esse movimento protagonizado por mulheres de diversas partes do mundo e como esse contexto pode ser trabalhado em sala de aula.

Vivemos em meio a conflitos e não debatemos como escola o que traz e o que faz persistir esse tipo de comportamento em nossa sociedade. Violências verbais, físicas, psicológicas, de gênero, tudo é visto como se fossem casos isolados, mas não são, pois fazem parte de toda uma estrutura social que enraíza como naturais certas atitudes<sup>1</sup>, por exemplo, numa situação de divulgação de vídeo íntimo de um casal heterossexual, as críticas ao comportamento da menina serão muito mais ferrenhas, essa diferenciação caracteriza violência de gênero, pois faz com que as meninas sejam sempre mais culpabilizadas.

Trabalhando diariamente com os livros didáticos selecionados para as escolas públicas, chamou-me atenção o fato de a história das mulheres, ou seja, sua participação em diversos contextos históricos estar, muitas vezes, colocada nas coleções de forma resumida em box ou até suprimida em alguns casos, como por exemplo, a coleção com a qual trabalhei<sup>2</sup> não cita a luta das mulheres pelo voto no Brasil no contexto da “Era Vargas”, e em diversos outros nos quais falta a visão das mulheres como sujeitos históricos.

---

\* Pós-graduanda em ensino de História- PROFHISTÓRIA pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte/ Bolsista apoiada pela CAPES ([marliaaguiarf@gmail.com](mailto:marliaaguiarf@gmail.com))

<sup>1</sup> “Certos tipos de violência estão associados a ideais e estereótipos de gênero, ou melhor, a características e comportamentos que esperamos de homens e mulheres e das relações que eles estabelecem entre si. Isso significa dizer que pela simples condição de serem homens ou mulheres, indivíduos tem acessos diferentes a direitos, correm maiores riscos de sofrerem agressões ou serem assassinados, enfim, têm menos chance de alcançar uma vida digna.” (LINS, 2016,55)

<sup>2</sup> BOULOS Junior, Alfredo. História sociedade e cidadania:3º ano- 1 ed.- São Paulo:FTD, 2013.



A falta de debate sobre as questões de gênero nas aulas de História foi sendo melhor percebida por mim, vi que esse tema não deveria ser trabalhado somente nas aulas de sociologia, mas que também era possível nas aulas de história e que isso não era valorizado também nos livros didáticos desta disciplina, fazendo com que os professores que não atentassem para a importância ou existência da problemática de gênero nos conteúdos de história, passassem despercebidos por ela durante todo o curso que ministram.

A temática escolhida para este trabalho: o feminismo de “segunda onda” no Brasil no ensino de História tem sua relevância baseada na lacuna que existe nas aulas e nos livros didáticos de História sobre as lutas femininas e feministas em diversos contextos históricos.

As mulheres ainda permanecem na invisibilidade na disciplina História, elas simplesmente não aparecem ou aparecem de forma resumida nos livros didáticos e conseqüentemente nas aulas de História e isso produz desigualdades, as meninas não se veem naquela história, sempre são os homens que tomam as decisões ou “dão” os direitos às mulheres, isso tem a ver com relações de poder na sociedade.

Sobre o livro didático: “O livro didático é instrumento fundamental na construção do currículo, que se concretiza na ação e que ensina uma ampla gama de conhecimentos, que condiciona comportamentos, que estabelece verdades e constrói relações, muitas vezes assimétricas, muitas vezes desiguais.” (NATIVIDADE, 2010). Cabe a nós professores analisar essas questões nos livros e construir com os alunos leituras críticas, discutindo as relações de poder inseridas nas abordagens dos livros e materiais didáticos.

Os conteúdos e a escola são permeados de estereótipos que fazem parte das nossas vidas, nas propagandas, revistas, jornais, novelas, e não é fácil notar quando reproduzimos esses estereótipos, principalmente na escola esse cuidado deve ser redobrado para não ensinarmos visando uma só perspectiva de gênero, cultura, étnica, etc. Segundo Natividade:

“Pensar na superação de um ambiente escolar discriminatório e excludente requer, antes de tudo, a compreensão do quão arraigados estes conceitos estão em nosso cotidiano e nosso discurso. E mais, compreender que não se trata apenas de defender uma minoria vitimizada, mas de reconstruir toda uma gama de relações



hierarquizadas, desiguais e opressoras, que atingem toda a comunidade escolar.”  
(NATIVIDADE, 2010, pg 53)

As mulheres podem ser colocadas como uma minoria, sendo necessária a desconstrução desse lugar secundário na sociedade, por meio da escola que é uma das vias de maior abrangência social. E o ensino de História pode ser também um agente transformador da sociedade nesse quesito, como explicita o texto da Base Curricular Nacional em sua 1ª versão para consulta pública, no componente curricular História:

“O estudo da História contribui para os processos formativos de crianças, jovens e adultos inseridos na Educação Básica, considerando suas vivências e os diversos significados do viver em sociedade. Desse modo favorece o exercício da cidadania, na medida em que estimula e promove o respeito às singularidades e às pluralidades étnico-raciais e culturais, à liberdade de pensamento e ação e às diferenças de credo e ideologia, como requer constitucionalmente, a construção da sociedade democrática brasileira.” (BNCC,2016)

Com isso, podemos e devemos trabalhar para que sejam modificadas certas formas de fazer o ensino de História, atentando para as possibilidades e necessidades de trabalharmos para a construção da sociedade democrática brasileira, como dito acima.

Para uma busca de dirimir as desigualdades entre homens e mulheres em nossa sociedade, é que dar a devida importância aos movimentos das mulheres, se faz tarefa atual das professoras e professores, pois é um tema que precisa ser cada vez mais debatido, o feminismo é ainda muito mal entendido por uma enorme parcela da população, haja vista o que lemos nas redes sociais sobre o assunto, o feminismo precisa ser debatido como movimento social, necessário para que ocorram rupturas históricas. Segundo Ana Alice Alcântara Costa:

“O feminismo, como movimento social, é um movimento essencialmente moderno, surge no contexto das ideias iluministas e das ideias transformadoras da Revolução Francesa e da Americana e se espalha, em um primeiro momento, em torno da demanda por direitos sociais e políticos. Nesse seu alvorecer, mobilizou mulheres de muitos países da Europa, dos Estados Unidos e posteriormente, de alguns países da América Latina, tendo seu auge na luta sufragista.” (UNESCO, 2009)



O movimento sufragista é tido como o movimento de primeira onda de mobilização das mulheres, depois de um período de relativa desmobilização vem a chamada segunda onda, no contexto da década de 60 nos Estados Unidos, esse movimento chega ao Brasil entre 1965 e 1970: “A segunda onda do feminismo na América Latina nasceu nos anos 1970, em meio ao autoritarismo e à repressão dos regimes militares dominantes e das falsas democracias claramente autoritárias.” (UNESCO, 2009).

Trabalhar o feminismo de “segunda onda” no Brasil no ensino de história se faz relevante para que os estudantes possam construir novas relações em torno do conteúdo que é pouco explicitado nos livros didáticos, pois foi o segundo maior momento de mobilização das mulheres em várias partes do mundo na luta por direitos como igualdade de trabalho, creches e direito ao corpo.

O intuito é que os alunos possam sair do senso comum sobre o que é o feminismo e pensar a partir do seu cotidiano, as diversas formas de lutas das mulheres no Brasil e no mundo, tomando como base o procedimento da educação histórica, a qual toma como ponto de partida os conhecimentos prévios dos alunos.

Na historiografia o momento mais marcante para iniciarmos o debate sobre a constituição do campo história das mulheres, é a Escola dos Annales, proporcionando a abertura para o estudo historiográfico de outros campos, como mentalidades, cotidiano e a cultura, segundo Andrea Lisly Gonçalves:

“Não há como negar a contribuição da corrente historiográfica dos Annales para a história das mulheres, com seu “alargamento progressivo do campo histórico às práticas cotidianas, aos comportamentos vulgares, às ‘mentalidades’ comuns” mesmo que “as relações entre os sexos não tenham sido a preocupação prioritária de uma corrente interessada sobretudo nas conjunturas econômicas e nas categorias sociais”, mas que no entanto, lhe deu atenção favorável, acabando por criar condições intelectuais propícias à incorporação da mulher como sujeito histórico.” (GONÇALVES, 2006, pg.55)

O marxismo dará sua contribuição, desconstruindo a “história dos grandes homens” e trazendo a história de outros grupos sociais: “nos anos 70 ganham força os estudos sobre as mulheres, privilegiando o mundo do trabalho numa possível vinculação entre a emergência de pesquisas sobre o movimento operário e a herança da tradição



marxista, cujo objetivo era “identificar os signos da opressão masculina e capitalista sobre as mulheres.” (GONÇALVES, 2006, pg 58.)

O feminismo nesse momento é o principal movimento a influenciar essa história das mulheres e essa efervescência sobre a afirmação da igualdade entre os sexos e elas sofreram críticas por se basearem em uma visão parcial da história, o que trouxe intensos debates acerca da separação entre feminismo e história das mulheres, segundo Joan Scott “as feministas começaram a utilizar a palavra “gênero” mais seriamente, no sentido mais literal, como uma maneira de referir-se à organização social da relação entre os sexos.” (SCOTT,1989)

Assim a palavra gênero começou a ser utilizada na intenção de suprimir os termos mulher, mulheres, para criar uma nomenclatura de relação entre os sexos, para que não fossem mais acusadas de fazerem uma história parcial:

Segundo esta opinião, as mulheres e os homens eram definidos em termos recíprocos e nenhuma compreensão de qualquer um poderia existir através de estudo inteiramente separado. Assim, Nathalie Davis dizia em 1975: “Eu acho que deveríamos nos interessar pela história tanto dos homens quanto das mulheres, e que não deveríamos trabalhar unicamente sobre o sexo oprimido, do mesmo jeito que um historiador das classes não pode fixar seu olhar unicamente sobre os camponeses. Nosso objetivo é entender a importância dos sexos dos grupos de gênero no passado histórico. Nosso objetivo é descobrir a amplitude dos papéis sexuais e do simbolismo sexual nas várias sociedades e épocas, achar qual o seu sentido e como funcionavam para manter a ordem social e para mudá-la” (SCOTT,1989).

O uso da palavra gênero no lugar de “mulher” visava respaldar as produções como científicas. Esse debate e a criação da nova categoria surgia justamente na segunda onda do feminismo que buscava trazer a ideia que as diferenças entre homens e mulheres se construía socialmente e eram ligadas à cultura e não ao sexo. (PEDRO, 2005) O debate agora será em torno das relações de poder que constituem a sociedade, para Joan Scott:

Num artigo publicado em 1988, nos Estados Unidos, Joan Scott explicava como chegou a esta categoria. Informava, então, que “gênero significa o saber a respeito das diferenças sexuais”, e este saber, dizia ela, era pensado no sentido que lhe dava Michel Foucault, isto é, sempre relativo; seus usos e significados “nascem de uma



disputa política e são os meios pelos quais as relações de poder – de dominação e de subordinação – são construídas”. Portanto, concluía Scott, “gênero é a organização social da diferença sexual.” Por outro lado, ela lembrava que gênero não refletia ou implementava diferenças fixas e naturais entre homens e mulheres, mas “um saber que estabelece significados para as diferenças corporais”. (PEDRO,2005)

As relações estudadas a partir desses debates, visam combater o determinismo biológico, o que interessa são os significados das relações em determinados períodos, quais papéis sociais são dados a cada lado e que poderes exercessem cada parte e não apenas uma sobre a outra.

Para trabalhar o tema proposto em sala de aula, precisamos que ele seja um conhecimento construído juntamente com os alunos. Não é a intenção deste trabalho, levar definições prontas para os alunos sobre o feminismo e a importância de seu estudo no Brasil e no mundo.

A década de 1975 a 1985 é marcada como a “Década da mulher” instituída pela ONU, e o ano de 1975 é comemorado como o Ano Internacional da Mulher: “Como parte das comemorações foram realizadas várias atividades públicas e São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte, reunindo mulheres interessadas em discutir em discutir a condição feminina em nossa sociedade, à luz da proposta do “novo” movimento feminista, que neste momento se desenvolvia na Europa e Estados Unidos.” (UNESCO,2009)

A circulação de periódicos feministas tem um auge nesse período, o que não aproveitado nos livros didáticos, o trabalho com esses periódicos é uma tentativa de ler as ideias das próprias mulheres, o que elas queriam, o que estava em pauta nesses grupos que movimentaram a “segunda onda” do feminismo no Brasil.

Podemos abordar esse assunto através de questionamentos sobre o que os alunos pensam acerca de gênero e feminismo; da análise das redes sociais, livro didático e jornais da imprensa feminista, penso que o debate será bem pautado no presente, como por exemplo, qual o debate sobre feminismo nas redes sociais? E sobre gênero? E sobre o trabalho de gênero na escola? Como a luta das mulheres por direitos políticos e civis aparecem no livro didático? Quais eram as demandas dos periódicos feministas da década de 70? Essas demandas já foram atendidas? O que é o feminismo? Para ele existe e precisa ser discutido na escola e sociedade?



Com esses questionamentos e outros possíveis, poderemos trabalhar o conteúdo relativo ao contexto da “segunda onda” do feminismo, em meio a luta pela redemocratização do Brasil, que também contou com vários grupos formado por mulheres pela anistia e pelos direitos humanos em todo o país.

Com isso vem a proposta do trabalho: e se te contassem outra História? E se as mulheres aparecessem como sujeitos e protagonistas da história e não em resumos? E se fosse percebida toda a articulação que elas fizeram em busca de melhores condições de trabalho e de vida? E se fosse colocado em questão o porquê de essa história não estar nos manuais didáticos? E se fossem pensadas as relações de poder que envolvem essa história das mulheres e as relações de poder na nossa sociedade atual?

Uma proposta pedagógica então seria a elaboração de um jornal sobre feminismo na escola, com a narrativa dos estudantes que participaram de todo o processo de debates e pesquisas, esse jornal circularia na escola como forma de acesso à informação, produzido pelos próprios estudantes. A escolha por um jornal e não um blog, site, etc., vem pela questão do maior acesso, ele será distribuído na escola, todos poderão ler o jornal.

Com essa proposta será trabalhado com os estudantes competências como a interpretação de textos, a crítica aos documentos, o uso da narrativa dos estudantes, além da leitura e escrita, as quais já foram diagnosticadas com problemas na escola. o interessante é trabalhar com as diversas fontes, para a construção de diversas versões, como explica Flávia Gomes no texto “Educação Histórica: um campo repleto de possibilidades de investigação”: A utilização desta metodologia de pesquisa proporciona o entendimento de que a História é um conhecimento em constante processo de (re)construção.(RIGER, 2012).

No texto de Michael Pollak, *Memória, esquecimento, silêncio*, ele diz que existem as memórias subterrâneas, as memórias marginalizadas, ou seja, que estão à margem da memória oficial, estas entram em disputa com a memória oficial, principalmente em momentos de crise, quando “os objetos de pesquisa são escolhidos de preferência onde existe conflito e competição entre memórias concorrentes.”(POLLAK, 1989, 04)

A luta por visibilidade, a disputa pela memória faz parte do momento atual de nossa sociedade em relação à história das mulheres, em relação ao feminismo, em meio



a onda conservadora que nos rodeia, temos o momento de crise para efetivar e retomar essa história como pauta urgente.

Referências:

BRASIL. Base Nacional Comum Curricular- Proposta Preliminar. Brasília: MEC, CONSED, UNDIME, 2016.

GONÇALVES, Andrea Lisly. História e gênero- Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

LINS, Beatriz Accioly. Diferentes, não desiguais: a questão de gênero na escola/ Beatriz Accioly Lins, Bernardo Fonseca Machado e Michele Escoura.- 1ª ed.- São Paulo: ed. Reviravolta, 2016.

LOURO,Guacira,Lopes.Gênero, sexualidade e educação:Uma perspectiva pós-estruturalista. Rio de Janeiro.Vozes.2014

NATIVIDADE, Marcelo. Curso de Educação em Direitos Humanos (EDH) realizado pela Universidade Federal do Ceará (UFC)

PEDRO, Joana Maria. Traduzindo o debate : o uso da categoria gênero na pesquisa histórica.História, São Paulo, v.24, n.1, p.77-98, 2005

SCOTT,Joan.Gênero uma categoria útil para análise histórica.1989.in:  
<http://wesleycarvalho.com.br/wp-content/uploads/G%C3%AAnero-Joan-Scott.pdf>

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. *Revista Estudos Históricas*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-15, jun. 1989.

RIGER, Flavia Gomes da Silva. EDUCAÇÃO HISTÓRICA: um campo repleto de possibilidades de investigação. **EntreVer**, Florianópolis, v. 2, n. 2, p. 319-325, jan./jun. 2012



UNESCO. Olhares feministas/ Hildete Pereira de Melo, Adriana Piscitelli, Sonia Weider Maluf, Vera Lúcia Puga (organizadoras).- Brasília: Ministério da educação: Unesco, 2009.